

# Turismo, Ecologia e ONG em Canto Verde – Beberibe (CE)

---

*Maria Lianeide Souto Araújo Saraiva<sup>1</sup>  
Luiz Cruz Lima<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Revisam-se as políticas públicas para o turismo cearense, a partir da década de 1970, como matéria para análise da situação atual, em que emergem atores sociais responsáveis pelos debates sobre o modelo de turismo adotado pelo governo, como é o caso da ONG. Após refletir sobre alguns aspectos da relação Estado, sociedade civil e ONG, apresenta-se a relação entre turismo, ecologia e a atuação da ONG Instituto Terramar, na prainha do Canto Verde, em Beberibe (CE). Detém-se, particularmente no desafio dessas instituições, em avançar de uma postura de crítica e resistência para uma postura de propostas e ações para o turismo, compatíveis com os conceitos de “ecologia” e “desenvolvimento humano”.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo, ecologia, ONG, Canto Verde, Ceará, Brasil

*ABSTRACT: This paper presents a review of the public policies for the tourism of Ceará, Brazil, from the 70's, as a point of departure for the analysis of the present scenario, where social actors emerge, responsible for the debates on the touristic approach adopted by the Government, such as the ONG. After reflecting about some important aspects of the relationship state, civil society and ONG, we discuss the relationship among tourism, ecology and the work of one ONG in Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará, Brazil. We particularly*

- 
1. Mestranda em Geografia Humana UECE. Professora do Curso Técnico de Turismo do CEFET-CE. Tel.: (85) 2992500. E-mail: lia.souto@bol.com.br – Fortaleza - CE, Brasil.
  2. Professor Orientador e Coordenador do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE. End.: Rua Cel. Jucá, 510 - apto. 1401 - Bairro Aldeota - Fortaleza - CE - Brasil. Tel.: (85) 299-2500. E-mail: cruzlima@uece.br

*look into the daresness of this institution in going ahead from an attitude of criticism and resistance to an attitude of criticism and resistance to an attitude of proposals and action for the tourism, compatible with the concepts of "ecology" and "human development".*

**KEYWORDS:** *tourism, ecology, ONG, Canto Verde, Ceará, Brazil.*

## Introdução

A partir da década de 1970, inquietações referentes à degradação ambiental assumem proporções mundiais expressas em grandes eventos internacionais, como foi o caso da Reunião de Estocolmo ou ECO-72, fazendo vir a propósito novos conceitos e novas propostas de desenvolvimento. Dentre esses conceitos destacamos o de "ecologia" e dentre essas propostas a de "desenvolvimento humano".

Concluiu-se que o modelo de desenvolvimento instituído havia chegado ao seu esgotamento. Inicia-se uma fase de tentativas de equalização entre avanço tecnológico, crescimento econômico e conservação ambiental que deslança nos anos 90, na proposta de desenvolvimento sustentável<sup>3</sup> acusada pelos críticos de panacéia inventada pelos países centrais do capitalismo, para desviar a atenção da questão central, ou seja, as condições desiguais geradas pelo sistema de acumulação capitalista.

No Brasil, assiste-se ao milagre econômico. Diante das pressões internacionais exercidas pelos países centrais do capitalismo em torno da questão ambiental, a réplica do governo federal é a seguinte: "pobreza é a maior poluição" (Pellegrini Filho, 1993:30). A orientação era eliminá-la ainda que com o sacrifício do meio ambiente. O devir mostrou a incongruência desse discurso.

Essa década é também momento de eclosão do turismo massivo no país e marco das primeiras iniciativas do setor público do Estado do Ceará para o seu incremento.

Na década de 1980, as investidas do governo voltam-se para o planejamento territorial da franja litorânea, região privilegiada pelos atrativos naturais para atração de fluxos crescentes de viajantes ávidos por destinos exóticos, contatos com natureza, relax, aventura e outros motivos. Ciente de que somente atrativos naturais não eram suficientes para colocar e manter o Estado na acirrada arena concorrencial

internacional do turismo, o governo do Estado, através de licitação pública, encomenda a elaboração do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral (PRODETURIS-CE) em 1989. O objetivo era o mapeamento e ordenamento físico-territorial de todo o litoral, visando orientar a implantação de empreendimentos turísticos. O Ceará adianta-se com esse programa aos demais estados do nordeste brasileiro, no que se refere às ações de macroplanejamento voltados para o turismo. Nessa época, surgem as primeiras polêmicas sobre as políticas públicas para o turismo, tendo como principais protagonistas: universidades, ambientalistas e algumas Ongs que discutem a relação turismo-ecologia-cultura.

Na década de 1990, duas ações merecem destaque:

- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) foi instituído por ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), com o objetivo de ordenar o desenvolvimento do turismo na região;
- Em 16/6/95 instala-se a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR), após a extinção da Divisão de Turismo, então existente na Companhia de Desenvolvimento Econômico e do Turismo (CODITUR), passando a denominar-se Companhia de Desenvolvimento do Estado do Ceará (CODECE).

O turismo assume, incontestavelmente a partir desse segundo fato, o papel de novo instrumento de desenvolvimento regional através de ações coordenadas pelo poder público.

Da necessidade e compatibilidade de enquadramento na concepção do PRODETUR-NE, proposto pela CTI-NE (Comissão Integrada de Turismo do NE) e coordenado pelo BNB, resultou posteriormente o PRODETUR-CE (Benevides, 1996:163).

Dentre as ações propostas pelo programa, destacam-se as relacionadas com a implantação de infra-estrutura básica para a sustentação do turismo. As construções no novo terminal do aeroporto Pinto Martins, da Via Estruturante (rodovia que acompanha o litoral oeste) e o Projeto Sanear figuram como as mais importantes.

Nesse ponto as controvérsias referentes às políticas públicas para o turismo no Nordeste, e especificamente para o Ceará, multiplicam-se.

Na impossibilidade de reproduzir mais amplamente essa discussão, a seguir apresentam-se as idéias de duas pesquisadoras que muito contribuíram na reflexão sobre o assunto.

Em 1995, Rodrigues escreve sobre o PRODETUR:

Gerado no governo Fernando Collor de Melo, começa a implantar-se no governo Itamar Franco. Este balizamento é fundamental, porque o PRODETUR, como todos os progra-

3. De acordo com o documento *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Brundtland, o desenvolvimento sustentável é "um processo de transformação no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades humanas" (1988:49).

mas públicos, espelha a política econômica da sua época, vinculada à ideologia dominante. É no governo Fernando Henrique Cardoso que o programa está deslanchando, porque tanto o presidente como os governadores estaduais no nordeste estão muito interessados na sua implementação, cujas diretrizes estão orquestradas com a política neoliberal vigente no país (Rodrigues, 1996:156).

Nesse mesmo ano, Coriolano (1996) identifica uma série de transtornos ocasionados pelo turismo massivo no litoral: degradação ambiental (desmonte de dunas e falésias, terraplanagem de morros, aterros de mangues, poluição do mar decorrente de coliformes fecais), descaracterização cultural, dentre outros. Reclamando uma abertura maior por parte do poder público estadual para o debate sobre a política de turismo, assim se pronuncia:

O governo deve reconhecer que as universidades desempenham importante papel, não apenas na oferta de curso de turismo, preparando os técnicos, mas sobretudo no acompanhamento do processo de implementação, na gestão e na avaliação da atividade turística (Coriolano, 1996:99).

Referindo-se ao PRODETUR completa:

O governo sabe que escutar as comunidades, atender as suas reivindicações, levá-las a participar é sair fortalecido politicamente. Hoje, os órgãos financiadores do capitalismo nacional e internacional exigem este pré-requisito como condição. Daí não se justifica tanto desconhecimento quanto ao PRODETUR-CE. Reconhecer que se cometem erros na história do turismo no Ceará, que apenas inicia, significa repensar o turismo (...). A participação da sociedade civil ajudará a construir um novo tipo de desenvolvimento turístico, mas isto requer dos órgãos de turismo e do governo que a aceitem como interlocutora (Coriolano, 1996:102,103).

Coriolano (1996) reclamava sobretudo a participação das bases, conclamando a ONG, o movimento popular e a comunidade a acompanhar e fiscalizar as ações da política estadual de turismo e, particularmente, a implantação de empreendimentos turísticos.

### Estado, Sociedade Civil e ONG

Nos anos 1970, vivíamos no Brasil sob o regime ditatorial, excludente, segregador e concentrador de renda. As decisões estavam centralizadas e os canais de participação da sociedade civil cerceados.

Na década de 1980, em plena transição democrática, o governo descartou uma postura de repressão aos movimentos sociais e adotou uma postura de negociação e integração.

Na década de 1990 o Estado se retirou cada vez mais da atuação junto ao social, deixando essa incumbência para a ação voluntária de grupos, dentre os quais destacamos a ONG. Na opinião de alguns especialistas, tal postura reacionou o velho esquema do ideário liberal.

Uma reflexão sobre a ONG não pode deixar de salientar que a valorização de seu papel social é fruto do liberalismo, razão por que são facilmente assimiladas no discurso neoliberal, tomadas como exemplos das virtudes da iniciativa privada também no campo da promoção social e, aparentemente, convocadas a prestar serviços relevantes (Oliveira Neto apud Wanderley, 1998:141).

Para Wanderley (1998:141),

Contraditoriamente muitas delas cumprem papel destacado na representação das bases, na assessoria aos movimentos sociais, defesa de direitos sociais dos setores populares, na interlocução de grupos da sociedade civil como Estado.

Para essa autora essa constatação impede que a ONG receba considerações homogêneas, que, embora guardando características mais gerais, são bastante distintas se considerados os seguintes aspectos: composição, objetivos e desempenho.

Note que, em 1992, o *Informe sobre Desenvolvimento Humano* da ONU dá especial relevância a essas organizações:

Um enfoque participativo incluída a participação das organizações não-governamentais (ONG's) resulta vital em qualquer estratégia tendente a lograr um desenvolvimento humano exitoso.

Wanderley (1998:143), chama a atenção para dois aspectos importantes da relação Estado/Sociedade civil/ONG:

- sugere uma revisão do papel dessas organizações, pois, segundo a autora não lhes cabe substituir o Estado na área social como vem acontecendo com base numa concepção de Estado Mínimo. A autora defende a idéia de que o papel da ONG consiste em

propor formas alternativas de produção e distribuição que superem as amarras da lógica capitalista e que devolvam ao “público” seu original sentido de “coletivo” (Wanderley, 1998:143);

- atenta para os seguintes riscos:
  - utilização da ONG como “novo agente” do clientelismo político;
  - transferência de interesses e *lobbies* econômicos da esfera pública para a esfera privada.

### Turismo, Desenvolvimento e Ecologia

A discussão a respeito de propostas conciliatórias entre turismo, ecologia e desenvolvimento ganhou força no Brasil, sobretudo, a partir da realização dos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local. Tentativas várias foram feitas no sentido de superar atitudes maniqueístas, ora apologéticas, ora condenatórias do turismo, basta ver os textos publicados que resultaram desses eventos. Não se pretende, portanto, retomar a problemática sobre desenvolvimento sustentável, o que se entende seria redundante. Isso não impede, no entanto, que se estabeleçam alguns referenciais norteadores de uma leitura crítica do processo de desenvolvimento em curso na Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe (CE), a saber:

- “o critério de sustentabilidade da natureza enquanto recurso para a produção só tem sentido se acoplado ao princípio de sustentabilidade da vida e da diversidade, como paradigma das relações entre os homens e destes com a natureza. O meio ambiente só tem sentido se o epicentro for o homem e a satisfação de suas necessidades” (Wanderley, 1998:134);
- ecologia aqui é entendida no sentido amplo, ou seja, como multidisciplinaridade das relações que ocorrem em todo e qualquer ecossistema, entre os setores bióticos e abióticos. Considera-se, portanto, além dos aspectos biológicos, os legais, morais, socioeconômicos e políticos;
- desenvolvimento humano segundo o *Desarrollo Humano Informe* da ONU (1990) apud Wanderley (1988:129) é: “Um processo mediante o qual se oferece as pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo” (Wanderley, 1998:19). Sabe-se que a partir do trabalho realizado pelo PNDU em 1990, os tradicionais indicadores de desenvolvimento (crescimento do PNB ou do PIB e modernização tecnológica) foram questionados e a ONU passou a adotar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como instrumento para incluir as dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento.
  - “o IDH utiliza medidas que traduzem melhor a distribuição dos benefícios do

esforço coletivo, a saber: (1) indicador de longevidade expresso pela esperança de vida ao nascer; (2) indicador do nível educacional obtido através das taxas de alfabetização da população adulta e das matrículas escolares nos níveis de ensino básico, médio e superior; (3) indicador do padrão de vida representado pelo PIB *per capita* ajustado ao custo de vida do país ou região (Paridade do Poder de Compra – PPC). Trata-se portanto de um indicador mais adequado para medir o grau de desenvolvimento de um país ou região. Ele considera a capacidade aquisitiva como um importante condicionante do desenvolvimento humano, mas deixa claro que não é o único e que não existe uma relação automática entre eles (...). O máximo que o IDH pode alcançar é o valor 1 (um), valor este que não significa um ideal de desenvolvimento, mas um mínimo aceitável, pois leva em conta apenas aqueles três indicadores citados acima” (Barbieri, 1997:29).

Max-Neef et al. (1994:82) nos conduzem a idéia de que a realização das necessidades não devem figurar como meta, mas como o próprio motor de desenvolvimento. Para esses autores “integrar la realización armónica de necesidades humanas en el proceso de desarrollo significa la oportunidad de que las personas puedan vivir esse desarrollo desde sus comienzos, dando origen así a um desarrollo sano, autodependiente y participativo, capaz de crear los fundamentos para um orden en el qual pueda conciliar el crecimiento económico, la solidaridad social y el crecimiento de las personas y de toda la persona” (Max-Neef et al., 1994:82).

- a perpetuação de relações exploratórias entre indivíduos, grupos e países compromete qualquer promessa de sustentabilidade. Há portanto de se repensar e reinventar novas formas de relações. Segundo Carvalho, “o marco diferencial de um modelo de desenvolvimento é aquele que atenta às necessidades da Sociedade Civil democrática, garantindo uma ordem social justa, o respeito à vida e o reconhecimento dos direitos sociais. Só com esses parâmetros é possível lutar por novos estilos de vida, pela reorganização dos atuais níveis de consumo e produção em termos globais, sem reeditar as mesmas bases que sustentam o atual modelo de sujeição a exploração das forças humanas e naturais” (Carvalho apud Wanderley, 1998:135).

### A ONG Instituto Terramar e o Turismo na Prainha do Canto Verde

#### ONG Instituto Terramar

O Instituto Terramar é uma sociedade sem fins lucrativos filiada à Associação Brasileira de Ongs (ABONG), fundada em 14 de julho de 1993, a partir do Projeto SOS Sobrevivência, idealizada pelo suíço, ex-diretor geral da Swissair no Brasil, René Schärer residente na Prainha do Canto Verde desde 1991. Além de

participar da ABONG, o Terramar participa do Fórum Brasileiro de Ongs e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento, do Fórum dos Pescadores, do Comitê de Pesca do Estado do Ceará (COMPESCE), do Coletivo Internacional de Apoio ao Trabalhador na Pesca (ICSF) – Rede Brasil.

Seu âmbito de atuação são os 573km de extensão do litoral cearense tendo como pontos de concentração de esforços as comunidades de Canto Verde, Balbino e Batoque, a leste de Fortaleza, e as comunidades de Flecheiras, Trairi e Embuaca, a oeste. Seu público-alvo são comunidades litorâneas, associações de moradores, colônias de pescadores, cooperativas, movimentos, Ongs.

Composto por profissionais de formações diversas, estrutura-se na seguinte forma: um conselho geral diretor com um presidente, um secretário geral e um tesoureiro, uma diretoria interna, um conselho fiscal e uma secretaria executiva. Todas as ações desenvolvidas passam pelo Conselho Geral Diretor, o qual se vincula à equipe de trabalho no planejamento e acompanhamento da execução das atividades. Possui quatro assessorias:

- *desenvolvimento institucional*: coordena as ações administrativas da entidade com vias ao fortalecimento institucional da entidade;
- *educação e cidadania*: coordena toda e qualquer ação relacionada à educação e formação, em seu aspecto formal e informal, como cursos, treinamentos e trabalhos com gênero, desenvolvidos em conjunto com as comunidades litorâneas;
- *políticas públicas e organização*: assessora às comunidades e as ações com propósito de constituir uma esfera pública comprometida com a pesca e o turismo sustentável;
- *desenvolvimento e tecnologia*: busca em conjunto com as comunidades o desenvolvimento de alternativas tecnológicas que contribuam para a melhoria na qualidade de vida das populações locais.

As principais atividades desenvolvidas são as seguintes:

- projeto de formação para liderança no litoral cearense;
- acompanhamento no gerenciamento costeiro;
- acompanhamento da política pesqueira no litoral;
- certificação da lagosta;
- captura e comercialização de lagosta viva;
- projeto Catamarã “Monitoramento de embarcações artesanais”;
- projetos algas e peixes – “Alternativas de renda para as comunidades litorâneas”
- projeto de intervenção pedagógica;
- campanha educativa de combate a dependência de álcool e drogas;
- oficina de alta estima para mulheres;
- ecoturismo socialmente responsável.

## Campanha SOS Sobrevivência

Os objetivos desse projeto foram os seguintes: mobilizar a opinião pública para a problemática das comunidades pesqueiras (falta de atenção governamental para a pesca artesanal, ação de grileiros, especulação imobiliária decorrente do turismo, etc.); criar vínculos entre essas comunidades; e, especialmente, denunciar a pesca predatória de compressor, proibida pelo IBAMA mediante portaria, porém praticada em larga escala durante aquele ano, comprometendo, portanto, a sobrevivência dos moradores do litoral. Tal prática, muito comum entre barcos clandestinos de origem norte-rio-grandense, vinha sendo detectada desde 1985, e inclusive foi motivo de várias mortes envolvendo clandestinos e pescadores cearenses.

Realizaram-se as seguintes atividades durante a Campanha SOS Sobrevivência:

- um “raid” (atividade motriz) realizado em 74 dias por quatro jangadeiros entre a Prainha do Canto Verde (CE) e o Rio de Janeiro numa jangada comunitária. Durante esse itinerário foram realizadas paradas nos seguintes locais, além de outros: Redonda (CE), Touros (RN), Natal (RN), Cabedelo (PB), Olinda (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ);
- cobertura logística a cargo de duas mulheres que acompanharam o percurso por terra estando responsáveis por contatos com comunidades de pescadores, recolhimento de assinaturas, mobilização de Ongs e da imprensa, venda de camisetas e bonés para ajudar a financiar a viagem;
- realização de quatro seminários na Universidade Federal do Ceará (UFC), cujos temas foram: pesca predatória, especulação imobiliária, falta de apoio a pesca artesanal e desenvolvimento de turismo. Ao final um documento, que apontava soluções para os problemas que afetam as comunidades de litoral, foi elaborado para ser encaminhado ao então presidente da República Itamar Franco e ao governador Ciro Gomes.

A Campanha SOS Sobrevivência foi importante para as pessoas da localidade reforçarem a idéia de que é necessário se mobilizar, participar de todas as ações que lhes dizem respeito, para conseguir mudar o próprio destino. Foi a partir dessa perspectiva que se desenhou um projeto de turismo para o lugar.

## Turismo na Prainha do Canto Verde

A Prainhada Canto Verde possui 1.100 habitantes e localiza-se no município de Beberibe, no litoral leste do Ceará, a 20Km de Fortaleza pela CE-040. Para compreender melhor esse projeto de turismo, faz-se necessário conhecer um pouco da história dessa localidade, ainda que de forma breve, observadas as limitações desse trabalho.

De acordo com relato oral dos moradores mais velhos, as primeiras pessoas chegaram em 1850. A pesca, desde então, constituiu-se no principal meio de sobrevivência. A primeira notícia documentada sobre o lugar data de 1928 e refere-se ao “raid” da jangada “Sete de Setembro” que se deslocou daquele ponto até Belém do Pará, conduzida por três pescadores: Raimundinho, Joaquim e José Isidoro. Em 1974, chuvas torrenciais provocaram o desmoronamento de casas de taipa, obrigando os moradores a se deslocarem um pouco mais para o leste, para um ponto onde atualmente se encontra o Bairro Vermelho.

Em 1979, inicia-se uma luta entre os moradores e um grileiro que perdura até hoje. Com a ajuda do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), fundado pelo Cardeal D. Aloísio Lorscheider então arcebispo do Estado, constituiu-se a Associação dos Moradores de Prainha do Canto Verde a qual desde o início vem lutando contra as injustiças sociais e o fortalecimento do movimento comunitário, sendo a capacitação dos adultos, crianças e jovens a principal prioridade. Em 1993 acontece a Campanha SOS já comentada.

Como foi mencionado anteriormente, o turismo, nos moldes como vinha se implementando em outras partes do litoral do Ceará, já figurava como uma das inquietações da Campanha SOS Sobrevivência.

As primeiras discussões na comunidade sobre o futuro modelo de desenvolvimento do turismo aconteceram em 1993/1994. Durante a realização do “I Encontro Cearense de Turismo Municipal” promovido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) e pelo Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE, Lindomar Lima, morador do lugar fez o seguinte relato:

Em 1994 foi criado o grupo de turismo no seio da Associação dos Moradores. Começou-se a discutir o turismo como fonte de renda complementar. O grupo de turismo fez uma pesquisa só depois de ter atacado os problemas básicos da pesca, educação e saúde. Um grupo de bolsistas foi às praias de Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes para saber dos nativos como eles viam e sentiam o turismo. Seguiram-se dois anos de discussão e experiências até que foi criado o Conselho de Turismo Local, um dos conselhos comunitários, além do Conselho de Saúde, Educação dos Pescadores. No ano de 1998, com a participação de moradores, profissionais, técnicos e amigos houve um seminário.

Desse seminário, resultou um plano de turismo para o desenvolvimento local. Nesse documento lê-se o seguinte sobre a missão:

desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores: preservando nossos valores culturais e as belezas naturais da nossa região.

Entre os objetivos definidos consta:

desenvolver o turismo de forma sustentável, sem dominação de investidores externos para que o lucro fique dentro da própria comunidade e os problemas normalmente associados ao turismo convencional fiquem fora.

Quanto ao público-alvo, ficou definido o seguinte: pessoas em busca de tranquilidade e beleza natural da região, interessadas pelo *modus vivendi* dos nativos engajados na preservação do meio ambiente e dispostos a ceder do luxo, piscina, butique e vida noturna agitada. Mais especificamente, ecologistas, membros de Ongs, movimentos de direitos humanos e grupos de igrejas.

Foram elaborados, ainda, as seguintes estratégias:

- criação de uma cooperativa de turismo/artesanato;
- concentrar o marketing para o turismo de reuniões, seminários, cursos e turistas individuais;
- aproveitamento da infra-estrutura já existente para hospedagem e reuniões;
- programa de capacitação profissional intensivo para membros da cooperativa e para estudantes;
- programas de conscientização para adultos e adolescentes sobre drogas e sexualidade;
- diversificação da produção de artesanato;
- ampliação controlada de equipamentos turísticos, assim como centro e loja de artesanato e quartos para hospedagem domiciliar;
- criação de fundo de solidariedade para as famílias da comunidade;
- demarcação de trilhas ecológicas através de dunas, coqueiros e em volta das lagoas.

A Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Ceará prestou assessoria para a criação da cooperativa de turismo e artesanato. Percebendo que nem todos os moradores teriam participação direta no turismo, pensou-se em incluir nos estatutos da cooperativa a criação de um fundo de educação e solidariedade a ser administrado por um conselho de solidariedade. A idéia é reverter 20% da sobra anual da cooperativa e contribuições voluntárias dos visitantes para cursos de capacitação profissional, projetos de moradia e ajuda a famílias em casos de acidentes graves ou desastres naturais. Para fugir do desaconselhável assistencialismo, os benefícios retribuem as ajudas com a prestação de serviços comunitários.

A cooperativa já mantém um fundo rotativo de investimentos para pequenos negócios turísticos com um capital de R\$ 6.000,00, disponível para empréstimos de até R\$ 800,00. Os primeiros empréstimos foram concedidos em 1998 e estão sendo pagos sem qualquer atraso.

Atualmente a Prainha dispõe da seguinte infra-estrutura de hospedagem:

- pousada comunitária – 3 quartos duplos
- pousada Sol e Mar – 6 quartos duplos
- vila Maresia – casa completa – acomodação para até 6 pessoas
- 2 casas de aluguel – acomodação para até 10 pessoas

Para os próximos três anos, estão previstos dentre outros os seguintes investimentos comunitários:

- construção de quartos para hospedagem domiciliar;
- reforma de quartos na pousada comunitária;
- ampliação da palhoça de praia;
- aquisição de um transporte coletivo para traslados e excursões;
- organização do museu de pesca artesanal;
- construção de um centro de turismo e loja de artesanato.

Por todas as iniciativas relatadas, a Prainha do Canto Verde tem recebido o reconhecimento de várias organizações, a saber:

- René Schärer, um dos principais facilitadores do processo de desenvolvimento em curso, coordenador da Fundação dos Amigos de Prainha do Canto Verde, fundador e sócio do Instituto Terramar, Membro do Comitê de Pesca do Estado do Ceará, idealizador da viagem de protesto SOS Sobrevivência, recebeu em 1997 da Fundação Abrinq o Prêmio “Criança 1997”, como reconhecimento pelo seu trabalho na comunidade em favor dos direitos da criança. Em três anos, a localidade atingiu o índice zero de mortalidade e diminuiu a evasão escolar a taxas praticamente nulas;
- a Prainha do Canto Verde está entre as dez comunidades escolhidas pelo WWF – Fundo Mundial para a Natureza e pelo MSC – Conselho para a Gestão responsável dos Recursos do Mar para receber a certificação de pesca responsável da Campanha do WWF em favor dos oceanos ameaçados.

As metas que o WWF quer atingir com este programa são as seguintes:

- motivar pescadores de pequena escala para o ordenamento sustentável da pesca nas suas áreas de atuação;
- testar a certificação como instrumento para criar incentivos que favorecem a exploração racional dos recursos do mar e da conservação da biodiversidade;
- com resultados positivos nas várias experiências comunitárias, o WWF espera criar apoio para o MSC em nível mundial;
- os resultados positivos nas comunidades artesanais deverão demonstrar que o MSC beneficia também os pescadores de pequena escala nos países do Terceiro Mundo.

Atribui-se tal escolha aos seguintes movimentos:

- SOS Sobrevivência em 1993;
- marcha de protesto de 500 pescadores e marisqueiras ao Cambeba, sede do governo do Estado do Ceará, em 1995;
- compra do barco de fiscalização na comunidade de Redonda;
- tribunais de praia como demonstração da responsabilidade dos pescadores;
- curso de Formação de Lideranças para Comunidades do Litoral Cearense, visando a preparação de jovens líderes das comunidades pesqueiras para o desenvolvimento de amanhã. Esse curso teve o objetivo geral de capacitar 90 mulheres e homens das comunidades litorâneas com vistas a construir um movimento autônomo, legítimo e atuante, que garanta a melhoria da qualidade de vida das populações na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Entre os objetivos específicos constam: troca de conhecimentos entre pescadores, lideranças e técnicos; instrumentalizar os participantes no domínio de metodologias de organização, planejamento e administração de suas unidades produtivas e representativas; despertar a consciência crítica dos participantes a fim de que possam conhecer, refletir e modificar a realidade de forma efetiva; construir um conhecimento a partir da complementação do saber popular com saber científico; desenvolver sensibilidades para a preservação e conservação ambiental, visando o uso sustentável dos recursos; difundir e valorizar as atividades de ajuda mútua, de cooperação e associativismo; subsidiar as lideranças para que participem ativamente do Plano de Gerenciamento Costeiro; e outras políticas públicas como, por exemplo, o Ordenamento da Pesca; capacitar as lideranças na aplicação de tecnologia e comunicação para poder acompanhar o processo de modernização e globalização;
- articulação com pescadores em países do Terceiro Mundo, como a Índia, Moçambique, Chile e, inclusive, com países europeus.
- o *Guia de Turismo Comunitário*, recentemente elaborado pela ONG britânica “Tourism Concern”, dedicada ao estímulo do turismo socialmente responsável, divulga 180 destinos em 41 países. O Brasil figura com apenas dois destinos: Eco-turismo na comunidade de Silves, Amazônia (com apoio da WWF) e o projeto de Eco-Turismo comunitário da Prainha do Canto Verde;
- no dia 12 de março estiveram em Berlim, Alemanha, para receber o prêmio TO DO 99, dois representantes da Prainha do Canto Verde, René Schärer e José Alberto Ribeiro de Lima, presidente da Associação dos Moradores de Prainha do Canto Verde, pescador de uma família de 15 filhos e também um dos coordenadores do Fórum dos Pescadores do litoral leste. Esse Prêmio é concedido pela ONG alemã Studienkreis für Tourismus und Entwicklung – “Grupo de Estudo sobre Turismo e Desenvolvimento” com o apoio dos seguintes patrocinadores: Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Coalizão Ecumênica para o turismo dos países em desenvolvimento, Secretariado da Conferência dos Bispos da Alemanha, Feira Internacional de Berlim, Alemanha, Depto. de Cooperação para Desenvolvimento no Ministério dos Exteriores

da Áustria. Trata-se de um prêmio para projetos de turismo socialmente responsável. Os projeto candidatos ao prêmio TO DO! são julgados pelos seguintes critérios:

- empreendimentos turísticos que garantem a participação da população local no planejamento, desenvolvimento e a execução do projeto e que assim considerem os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (principal critério);
- fortalecimento da percepção dos nativos/moradores no que se refere aos impactos positivos e negativos do desenvolvimento do turismo na sua vida econômica, social e cultural;
- participação dos moradores nos benefícios econômicos, sociais e culturais;
- reforçar as estruturas sociais e culturais da vida comunitária e dos costumes e tradições;
- evitar e/ou minimizar os impactos negativos sobre a vida da população na área do destino turístico (drogas e prostituição infantil);
- procurar novos métodos e técnicas de cooperação e parceria entre a comunidade, o consumidor e a indústria turística;
- criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de um turismo socialmente responsável na região do destino turístico.

Os premiados do prêmio TO DO! desde 1995 foram:

- 1995 - Projetos na Indonésia e no Sri Lanka
- 1996 – Projetos em Belize e na Palestina
- 1997 – Projetos na Áustria, Equador e Canadá
- 1998 – Projetos na Austrália e Venezuela
- 1999 – Projetos no Brasil (Canto Verde), Tanzânia e Alemanha

### Referência Bibliográfica

- BARBIERI, José Carlos. 1997. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. 1996. O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.) *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: HUCITEC.
- CORJOLANO, Luzia Neide M.T. 1996. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália Ines G. (Org.) *Turismo – Impactos sócio-ambientais*. São Paulo: HUCITEC.
- GONH, Maria da Glória. 1991. As relações sociedade civil e estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. *Revista de S. Social e Sociedade*, nº 36, p. 13-20.
- MAX-NEEF, Manfred A. et al. 1994. *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Nordan-Comunidad.
- PELLEGRINI FILHO, Américo. 1993 Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas, SP: Papirus. Coleção Turismo.
- RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. 1996. O Prodetur-CE: o planejamento do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In: \_\_\_\_\_. *Turismo e Geografia. Reflexões*. HUCITEC.
- WANDERLEY, Mariângela B. 1998. *Metamorfose do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: Cortez. 1998.
- ONU. 1992. Informe sobre desenvolvimento

*Recebido em 05/7/2001*

*Aprovado em 08/10/2001*